

continuação
Financieiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Operação	Indexador	Consolidado 31/12/2024				
		Saldo em provável no resultado	Impacto redução de índice em 25%	Cenário II Redução de índice em 25%	Cenário III Redução de índice em 50%	Cenário III Redução de índice em 50%
Caixa e equivalentes	CDI	63.882	9.359	7.019	11.698	4.679
Depósitos vinculados a debêntures	CDI	22.435	3.287	2.465	4.108	1.643
Depêntures	CDI	(511.450)	(74.927)	(56.196)	(93.659)	(37.464)
Depêntures	IPCA	(82.546)	(4.094)	(3.071)	(5.118)	(2.047)

(b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobre de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios finais de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros está aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinadas na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Além disso, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as cláusulas restritivas (covenants), quando aplicável, a fim de que o grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou líquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantém CDBs de caixa disponível na Controladora de R\$56.620 (R\$18.126 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado de R\$63.882 (R\$51.427 em 31 de dezembro de 2023) que se espera que gerem pronomente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisou os passivos financeiros não derivativos do grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2024	Nota	Controladora					Total Geral
		Até um ano (I)	Acima de 1 a 3 anos (II)	Acima de 3 a 5 anos (III)	Acima de 5 a 10 anos (IV)	Vencimentos	
Formecedores	19	269	-	-	-	269	
Debêntures	142.481	301.517	317.392	-	-	761.390	
Parte relacionadas	22	53.183	-	-	-	53.183	

Em 31 de dezembro de 2023	Nota	Controladora					Total Geral
		Até um ano (I)	Acima de 1 a 3 anos (II)	Acima de 3 a 5 anos (III)	Acima de 5 a 10 anos (IV)	Vencimentos	
Formecedores	19	329	-	-	-	329	
Debêntures	116.495	247.339	280.051	152.824	796.059	1.445.713	
Parte relacionadas	22	23.316	-	-	-	23.316	

Em 31 de dezembro de 2024	Nota	Controladora					Total Geral
		Até um ano (I)	Acima de 1 a 3 anos (II)	Acima de 3 a 5 anos (III)	Acima de 5 a 10 anos (IV)	Vencimentos	
Formecedores	19	10.810	-	-	-	10.810	
Debêntures	178.926	357.809	317.392	-	-	854.127	
Partes relacionadas	22	68.713	-	-	-	68.713	
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	43.643	-	-	-	43.643	
Outras contas a pagar	968	316	-	-	-	1.284	

Em 31 de dezembro de 2023	Nota	Controladora					Total Geral
		Até um ano (I)	Acima de 1 a 3 anos (II)	Acima de 3 a 5 anos (III)	Acima de 5 a 10 anos (IV)	Vencimentos	
Formecedores	19	13.050	-	-	-	13.050	
Debêntures	151.489	316.949	299.092	152.824	920.354	1.492.169	
Partes relacionadas	22	36.762	-	-	-	36.762	
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	38.635	-	-	-	38.635	
Passivo de arrendamento	300	-	-	-	-	300	
Outras contas a pagar	-	946	-	-	-	946	

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures. O grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e partes relacionadas. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não está incluída nas obrigações decorrentes de longo prazo, a saber, a dívida líquida. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos do grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para pagar, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras companhias do setor, o grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures incluídas no balanço patrimonial, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

4.3. Outros riscos considerados relevantes: (a) **Risco regulatório:** As atividades do grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo. (b) **Risco hidrológico:** A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle do impacto do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil. Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidrelétricas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebem seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE. O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GAF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em determinado mês. Quando o GAF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condições ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas da Companhia participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, às usinas da Companhia participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) (“Garantia Física”). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. A Companhia está acompanhando a situação regulatória de perto, mas até o momento não há indícios de que haverá qualquer reforma na Portaria nº 376/2015. Essa portaria suspende os efeitos do art. 6º da Portaria nº 463/2009, que trata sobre a revisão ordinária da garantia física das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa suspensão significa que a garantia física das PCHs permanecerá inalterada enquanto a Portaria nº 376/2015 estiver em vigor. Não há indicadores de reformas futuras que possam impactar a garantia física das PCHs. A Companhia possui uma política de “comercialização” de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo. **(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultam em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio. **(d) Mudanças climáticas:** As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica. As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas: 1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas. 2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas. 3. Criação de um comitê de risco para monitorar a energia, monitoramento das condições do GSF e da geração das usinas, para realização de balanço energético e se buscar fazer administração dos contratos de energia de forma mais eficiente possível. Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima. **4.4. Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros:

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Controladora					Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.620	18.126	63.882	51.427	8	6.620	18.126	63.882	51.427
Contas a receber	10	-	-	29.540	35.066	10	-	-	29.540	35.066
Ativos financeiros	15	20	20	20	20	15	20	20	20	20
Partes relacionadas	22	141.400	149.846	-	-	22	141.400	149.846	-	-
Depósitos vinculados a debêntures	9	17.930	25.572	22.435	25.572	9	17.930	25.572	22.435	25.572
Outras contas a receber	14	107	-	13.149	12.104	14	107	-	13.149	12.104
Ao custo amortizado		166.057	193.544	149.744	144.753		166.057	193.544	149.744	144.753

Passivo, conforme o balanço patrimonial	Controladora					Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Debêntures	20	496.244	544.605	578.739	650.031	20	496.244	544.605	578.739	650.031
Partes relacionadas	22	53.183	23.316	68.713	36.762	22	53.183	23.316	68.713	36.762
Formecedores	19	269	329	10.810	13.050	19	269	329	10.810	13.050
Provisão Liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	23	-	-	43.643	38.635	23	-	-	43.643	38.635
Passivo de Arrendamento	300	-	-	-	-	300	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	946	-	-	-	-	946	-	-	-
Ao custo amortizado		549.996	568.250	702.873	739.724		549.996	568.250	702.873	739.724

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto de desconto não é relevante, o valor justo das debêntures não difere significativamente dos valores contábil, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício final em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **5. Informação por segmento:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional. A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de suas usinas hidrelétricas. A Companhia possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida de venda de energia. **6. Instrumentos financeiros por categoria:** (a) **Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e o total de ativos financeiros não reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao valor justo (ou método de resultado “VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao custo amortizado em 2024 e de 2023. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Mensuração subsequente

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Controladora					Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.620	18.126	63.882	51.427	8	6.620	18.126	63.882	51.427
Contas a receber	10	-	-	29.540	35.066	10	-	-	29.540	35.066
Ativos financeiros	15	20	20	20	20	15	20	20	20	20
Partes relacionadas	22	141.400	149.846	-	-	22	141.400	149.846	-	-
Depósitos vinculados a debêntures	9	17.930	25.572	22.435	25.572	9	17.930	25.572	22.435	25.572
Outras contas a receber	14	107	-	13.149	12.104	14	107	-	13.149	12.104
Ao custo amortizado		166.057	193.544	149.744	144.753		166.057	193.544	149.744	144.753

Passivo, conforme o balanço patrimonial	Controladora					Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Debêntures	20	496.244	544.605	578.739	650.031	20	496.244	544.605	578.739	650.031
Partes relacionadas	22	53.183	23.316	68.713	36.762	22	53.183	23.316	68.713	36.762
Formecedores	19	269	329	10.810	13.050	19	269	329	10.810	13.050
Provisão Liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	23	-	-	43.643	38.635	23	-	-	43.643	38.635
Passivo de Arrendamento	300	-	-	-	-	300	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	946	-	-	-	-	946	-	-	-
Ao custo amortizado		549.996	568.250	702.873	739.724		549.996	568.250	702.873	739.724

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto de desconto não é relevante, o valor justo das debêntures não difere significativamente dos valores contábil, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício final em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **5. Informação por segmento:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional. A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de suas usinas hidrelétricas. A Companhia possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida de venda de energia. **6. Instrumentos financeiros por categoria:** (a) **Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e o total de ativos financeiros não reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao valor justo (ou método de resultado “VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao custo amortizado em 2024 e de 2023. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Mensuração subsequente

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Controladora					Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.620	18.126	63.882	51.427	8	6.620	18.126	63.882	51.427
Contas a receber	10	-	-	29.540	35.066	10	-	-	29.540	35.066
Ativos financeiros	15	20	20	20	20	15	20	20	20	20
Partes relacionadas	22	141.400	149.846	-	-	22	141.400	149.846	-	-
Depósitos vinculados a debêntures	9	17.930	25.572	22.435	25.572	9	17.930	25.572	22.435	25.572
Outras contas a receber	14	107	-	13.149	12.104	14	107	-	13.149	12.104
Ao custo amortizado		166.057	193.544	149.744	144.753		166.057	193.544	149.744	144.753

Passivo, conforme o balanço patrimonial	Controladora					Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Debêntures	20	496.244	544.605	578.739	650.031	20	496.244	544.605	578.739	650.031
Partes relacionadas	22	53.183	23.316	68.713	36.762	22	53.183	23.316	68.713	36.762
Formecedores	19	269	329	10.810	13.050	19	269	329	10.810	13.050
Provisão Liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	23	-	-	43.643	38.635	23	-	-	43.643	38.635
Passivo de Arrendamento	300	-	-	-	-	300	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	946	-	-	-	-	946	-	-	-
Ao custo amortizado		549.996	568.250	702.873	739.724		549.996	568.250	702.873	739.724

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto de desconto não é relevante, o

